

Médio Oriente

Uma certa hipótese de desmilitarização

Maria do Rosário de Moraes Vaz

A inevitabilidade histórica é coisa que não existe. Nem os conflitos são uma fatalidade independente de quem os provoca, nem a sua justa solução está escrita a tinta simpática no grande livro da História. Se a oportunidade existe agora de resolver até 2005 o conflito israelo-palestino, fortemente agravado pela devastação dos últimos mil e poucos dias, é sobretudo devida ao renovar do empenhamento americano e à fé geral na sua capacidade de moderar Israel. A trégua decretada pelos movimentos islamistas palestinos é um passo concreto para a indispensável desmilitarização da rota que levará então - talvez - à negociação política e talvez à paz.

«Não há alternativa se não a rápida aplicação, com base na boa fé das partes, do roteiro do Quarteto», dizem as conclusões de Salónica. O drama é que as há, sobretudo se ambas as partes tiverem por garante a boa fé da outra – medida por que bitola? – e forem dela o único juiz. O incerto sucesso do roteiro, que em última análise depende da justeza da solução política que for acordada para a «questão palestina», exige a medida, internacionalmente obtida, verificada e se necessário imposta, das intenções das partes pelos seus actos.

A alternativa óbvia é que os acordos oficiais firmados nos últimos dias de Junho para a transferência da segurança, em parte, dos territórios ocupados para a alçada das autoridades palestinianas, e a concomitante retirada exército israelita para zonas-tampão delimitadas, sejam torpedeados e não venham a estender-se ao grosso do futuro território palestino, como prevê o roteiro. As tropas israelitas retiraram quase por completo, a 30 de Junho, da parte norte da faixa de Gaza, e espera-se que o mesmo aconteça pouco depois em Belém e mais tarde em Ramallah. Significará isso, a verificar-se, o fim da «prisão domiciliária» do presidente da Autoridade Palestina? Aí está um critério objectivo de boa fé.

Os acordos de segurança, no que aos palestinianos cabe cumprir, não seriam possíveis sem a cumplicidade activa com o governo palestino na aplicação do roteiro por parte dos movimentos islamistas, tradicionais inimigos de Arafat. Sabe-o bem o governo israelita,

que não há muito tempo via no Hamas um aliado para o enfraquecimento da Autoridade Palestina.

Tanto o sucesso como a envergadura inicial dos ataques contra a Autoridade Palestina, na Cisjordânia, foram claramente superiores à intenção e aos resultados no desmantelamento do Hamas, mais fortemente radicado em Gaza. E no entanto, apesar do público endosso do líder espiritual do Hamas (alvo falhado de assassinato ainda antes da segunda intifada), apesar da laboriosa persuasão intrapalestina e da paciente intervenção do Egito, o governo israelita afirmou que a trégua, ainda antes de oficializada, não valia sequer o papel em que estava escrita por ser temporária e condicional.

Temporária, ainda que anunciada de princípio como indefinidamente renovável, pretendia adiar o desmantelamento da «infraestrutura do terror», qualificativo aplicado antes da investidura de Abu Mazen a toda a Autoridade Palestina, que é exigido às forças de segurança palestinianas. Condicional, por depender do fim dos assassinatos e da retirada do exército israelita, tal como se prescreve no roteiro, e acessoriamente da exigência, posta aliás com maior veemência por Abu Mazen para a viabilidade dos acordos de segurança, da libertação dos prisioneiros palestinianos.

Quando se fala, ainda que indistintamente, de estancar a violência, é da violência de parte a parte que se trata, e designadamente da violência contra civis. Quando se fala de segurança, embora a lógica devesse ser a mesma, há tendência para não considerar sequer a segurança dos palestinianos, e aceitar os termos, mesmo que absurdos, em que é definida pela parte israelita a segurança de Israel.

Que avaliação séria, por exemplo, foi alguma vez feita dos colonatos do estrito ponto de vista da segurança – os mais profundamente incrustados nos territórios ocupados, como os que bordejam a estrada que passa pelo meio da faixa de Gaza e interditam por enquanto a circulação de automóveis de matrícula palestina –, a não ser para justificar muros, barreiras, vedações e postos militares, quando o desmantelamento de colonatos propositadamente implantados em áreas palestinianas é uma das exigências do roteiro?

E no entanto Condoleezza Rice, enviada pelo presidente americano como penhor do seu empenhamento e para acelerar a aplicação do roteiro, deparou-se com um inamovível e lacónico «não negociável» quanto à «vedação» que segrega as áreas palestinianas, que constitui não só um cerco como uma alteração de facto da «linha de fronteira», e uma inviabilização palpável da contiguidade possível e da viabilidade de um futuro Estado

palestino. Por isso a União Europeia apela igualmente ao dismantelamento da chamada «vedação de segurança».

As razões invocadas para a recusa liminar são, claro, a segurança de Israel. E o Ministério da Defesa levará provavelmente por diante a construção de novo troço da vedação divisória através de «locais densamente povoados», e as expropriações, demolições e expulsões do costume, e fechará literalmente dentro de um muro de seis metros de altura duas aldeias palestinianas, que ficam com uma única passagem vigiada como ponto de contacto com o exterior. Manifestação de boa fé israelita ? De poder de persuasão americano e do Quarteto?

Mais importante, porém, as forças de segurança palestinianas, nas áreas cuja segurança lhes for confiada, não podem garantir a protecção dos civis palestinianos, nem se espera aliás que o façam, contra eventuais incursões militares israelitas. Confia-se apenas em que as incursões cessem, ainda que disso não haja promessa firme ou garantia explícita; e se não cessarem, toda a resistência, mesmo legítima, incorrerá na ira e na concomitante punição do exército israelita, ou seja, no retomar do ciclo infernal. É absolutamente imperioso estancar a violência, não só porque ela influi sobre o resultado final, como simplesmente porque não é tolerável que, em mil dias, tenham sido mortos «850 israelitas e milhares de palestinianos».

O *disengagement* conducente ao abandono efectivo da solução militar (trágica e comprovadamente ineficaz), quer para garantir a segurança de Israel quer para ‘avançar’ as reivindicações palestinianas, tem de ser o objectivo firmemente mantido pelos Estados Unidos, pelo Quarteto e pela comunidade internacional. A trégua temporária decretada pelo Hamas e pela Jihad, logo seguida obviamente pela Fatah e pelos restantes movimentos laicos, representa o começo do reconhecimento da inutilidade das acções militares e terroristas, consentânea com a aceitação de facto do roteiro pelas principais facções palestinianas.

É essa a sua importância essencial e por isso constitui um sinal positivo. Mas de que valerá esse sustentáculo dos acordos oficiais de segurança perante a quase ironia da exigência feita a Rice de que os Estados Unidos garantam, indiferentes à trégua com que se congratularam moderadamente, que Abu Mazen e Dahlan passem, sem garantia de cessação das incursões e dos assassinatos sistemáticos, ao dismantelamento, designadamente, do Hamas?

O secretário geral das Nações Unidas defendeu o envio de uma força internacional de interposição, que foi liminarmente rejeitada por Israel e considerada inoportuna pelos Estados Unidos. E no entanto uma força internacional, predominantemente americana, prioritariamente destinada à protecção dos civis de ambos os lados, bem pode revelar-se indispensável substituto à presumida boa fé das partes.

A recusa previsível de Israel em aceitar uma solução por que os palestinos clamam há anos não deve dissuadir, porém, os seus proponentes. Se a União Europeia nela se empenhar decididamente, a partir de uma análise objectiva dos riscos existentes de fracasso do roteiro e não de um juízo apriorístico de exequibilidade, talvez consiga persuadir os restantes membros do Quarteto e, quem sabe, fazê-lo com tal persistência e competência que uma força de interposição deixe até de ser necessária.